

POLÍTICAS E PRÁTICAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAÚ-RN

Sara Stéfanny Alves Freire¹; Disneylândia Maria Ribeiro²

¹UERN-campus Pau dos Ferros, Itaú, Rio Grande do Norte, Brasil, sara.freire15@gmail.com

²UERN-campus Pau dos Ferros, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, disneylandiaribeiro@uern.br

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte dos resultados do trabalho de conclusão do Curso de graduação em Pedagogia e tem como objetivo analisar as políticas e as práticas de Atendimento Educacional Especializado no contexto de uma escola do município de Itaú-RN. Para fundamentar a pesquisa, o trabalho adotou como principais referenciais teóricos os estudos de Ainscow, 2009; Ribeiro, 2021; Borges, 2020; Booth, Ainscow, 2011; Damázio, 2018 e Lustosa 2009, que discutem a perspectiva da educação inclusiva e a construção de políticas e práticas de inclusão no contexto do Atendimento Educacional Especializado e na sala comum. Este estudo, de caráter qualitativo, é caracterizado como uma pesquisa de campo e teve como procedimentos de produção dos dados empíricos: a observação dos atendimentos na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), além da aplicação de um questionário escrito com a profissional do Atendimento Educacional Especializado da escola pesquisada. Os resultados evidenciam que a SRM dispõe de materiais e de equipamentos que tornam o ambiente propício ao atendimento e ao acompanhamento dos estudantes público da Educação Especial. Além disso, é notório o esforço da professora em desenvolver estratégias e em buscar suportes que visam garantir que esses estudantes tenham acesso a uma aprendizagem significativa e de qualidade. Por outro lado, a pesquisa apontou como fragilidades: a falta de acessibilidade arquitetônica da instituição, bem como a insuficiência de apoio da comunidade escolar, que poderia desempenhar um papel crucial ao colaborar com o trabalho de inclusão desenvolvido na escola.

Palavras-chaves: Atendimento Educacional Especializado. Políticas e práticas. Inclusão e Sala de Recursos Multifuncionais.

INTRODUÇÃO

O trabalho em tela, é fruto da pesquisa de conclusão do curso de Graduação em Pedagogia, desenvolvido no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Pau dos Ferros, que teve como pergunta de partida: *quais as políticas e as práticas de Atendimento Educacional Especializado estão sendo desenvolvidas no contexto de uma escola do município de Itaú-RN?*

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da Educação Especial que, de acordo a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, deve ser ofertado no turno inverso da escolarização, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais. O objetivo principal é complementar à escolarização de estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista e suplementar à formação de estudantes com altas habilidades/superdotação em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (Brasil, 2009).

Esse atendimento visa garantir apoios e suportes no processo de desenvolvimento do estudante e na superação das barreiras sociais através de recursos pedagógicos, uso de linguagens e códigos, comunicação alternativa e tecnologia assistiva para proporcionar autonomia ao estudante e novas formas de aprendizagem. Nesse sentido, o profissional que desenvolve o Atendimento Educacional Especializado, precisa atuar com intencionalidade e em colaboração com docentes que trabalham com esses alunos nas salas comuns de ensino. Dito isso, vale salientar que o professor de AEE deve desenvolver e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para garantir permanência, aprendizagem e participação dos estudantes em todas as atividades educacionais.

Nessa perspectiva, delimitamos como objetivo geral do estudo: *analisar as políticas e as práticas de Atendimento Educacional Especializado no contexto de uma escola do município de Itaú-RN*. Os objetivos específicos foram assim delineados: (I) identificar os recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) para o Atendimento Educacional Especializado; (II) analisar as práticas e as estratégias pedagógicas empreendidas para reduzir barreiras e aumentar a participação dos estudantes público do AEE; (III) refletir sobre os suportes pedagógicos e de acessibilidade empregados nos atendimentos.

É importante esclarecer que quando tratamos de políticas, não estamos nos referindo ao âmbito de políticas públicas, sejam elas de natureza federal, estadual ou municipal. Neste trabalho, adotamos uma abordagem de política conforme delineada por Booth e Ainscow (2011), a qual se concentra nas políticas institucionais, isto é, todas as formas de apoio e de suporte à diversidade mobilizadas pela escola com a finalidade de assegurar o acesso ao currículo e encorajar a participação de todos os estudantes nas diversas atividades.

Ademais, é válido salientar que o processo de inclusão requer inúmeras ações e práticas, principalmente, no que diz respeito ao ambiente escolar, ou seja, não basta tão somente a existência de leis e de políticas públicas, mas o interior da escola deve ser amplamente inclusivo, em concordância a isso, Ribeiro (2021, p. 68) aponta que:

A ideia de movimento e luta é essencial para entendermos que as legislações e as normas instituídas não são capazes, por si sós, de transformar a realidade educacional. Em contrapartida, não faz sentido responsabilizarmos, tão somente, as instituições e os profissionais da educação pelos processos de inclusão e/ou exclusão que ocorrem no âmbito educacional.

Dessa forma, podemos compreender que as práticas educacionais inclusivas são resultantes de um trabalho contínuo e conjunto. Sabendo disso, Booth e Ainscow (2011) indicam que a inclusão na educação envolve inúmeros fatores, dentre eles: a construção de um

sistema de valores que promova uma cultura de inclusão na escola, garantindo, assim, a sensação de pertencimento e a participação de todos; a reestruturação das formas de apoio à aprendizagem para redução dos processos de exclusão e segregação; a construção de currículo acessíveis e de práticas de atenção à diversidade, entre outros. Assim sendo, a escola deve mobilizar mecanismos que tornem o ambiente escolar mais acessível, ou seja, deve procurar ressignificar o ambiente escolar, dentro e fora de seus muros.

Portanto, para além do que foi discutido até aqui, uma das motivações de desenvolver pesquisas nessa área foi a vontade de conhecer e de entender melhor sobre a Educação Especial, visto que apesar dessa modalidade de ensino ser uma temática bastante discutida atualmente, ela carrega consigo muitas dúvidas e abordagens inadequadas dentro do ambiente escolar.

Quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa, cumpre informar que esta investigação se trata de um estudo de abordagem qualitativa que, de acordo com Oliveira (2007, p. 37), “é um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e segundo sua estruturação”. Diante disso, a pesquisa foi desenvolvida em três etapas, sendo a primeira, um levantamento bibliográfico para revisão da literatura da área; a segunda diz respeito à observação da prática de uma profissional do AEE em exercício; e a terceira refere-se à análise dos dados propriamente dita, os quais foram produzidos por meio de observação das práticas e um questionário aplicado a uma professora de Atendimento Educacional Especializado. De acordo com Oliveira (2007, p. 83), “o questionário pode ser definido como uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador(a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo”.

ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DO AEE EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ITAÚ-RN

A escola lócus de pesquisa é uma instituição municipal de ensino fundamental com funcionamento dos anos iniciais, no turno matutino, e dos anos finais, no turno vespertino. O Atendimento Educacional Especializado funciona nos dois turnos, tendo uma professora durante a manhã e outra durante a tarde, contudo, a nossa pesquisa irá centrar-se apenas no atendimento vespertino, pois devido a um caso específico de saúde, a professora do turno matutino não pôde participar da pesquisa.

Em relação à formação acadêmica e profissional da educadora, ela afirmou ser graduada em Pedagogia e em História e pós-graduada em Educação Infantil e Ensino Fundamental. Ela

informou ainda ter concluído um curso na área de Educação Especial de 180 horas, no ano de 2023.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Brasil, 2009), o professor do AEE deve possuir a formação inicial que o habilite para a docência e a formação específica na educação especial, inicial ou continuada. Sendo assim, embora a professora tenha formação que a habilite para o exercício da docência, ela ingressou como professora do AEE sem a formação continuada necessária.

Em uma primeira leitura, podemos detectar essa fragilidade na formação da professora, haja vista que ela relata está na SRM há 11 anos, contudo, apenas concluiu a especialidade adequada para a atuação em atendimento especializado no ano passado. Sendo assim, embora a professora disponha de uma experiência nessa área de atuação, faltava ainda a especialização específica na área, um aspecto essencial para a apropriação e a construção de conhecimentos que contribuem diretamente nos atendimentos dos alunos público do AEE.

A análise do *corpus* da pesquisa está dividida em três subcategorias: a primeira delas aborda questões voltadas a infraestrutura da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM); a segunda está voltada ao planejamento e as formas operacionalização das atividades desenvolvidas nos atendimentos; a terceira, discute a forma de organização dos atendimentos.

3.1 Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)

Acerca da infraestrutura da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), questionamos a professora sobre aspectos relacionados a acessibilidade física/arquitetônica para o atendimento de estudantes com deficiência física e mobilidade reduzida. Nesse quesito, a educadora assinalou a opção “boa” e, apesar de solicitado, ela não justificou a sua resposta. Porém, por meio da visita que foi realizada na escola, foi possível perceber que a localização da sala não é tão apropriada, visto que se encontra no 1º andar da escola; mesmo com rampa de acesso, não é um percurso fácil de ser realizado. Outro ponto que pudemos observar foi relacionado ao espaço, isto é, a sala é muito pequena, dificultando a locomoção de estudantes com deficiência física e mobilidade reduzida.

Chamamos atenção, aqui, para a importância e o enriquecimento que a visita de campo nos proporcionou, uma vez que, por meio das lacunas que não conseguimos preencher nas respostas ofertadas no questionário, foi possível observá-las e compreendê-las, relacionando-as com o que já havíamos estudado no embasamento teórico sob à luz da realidade da escola.

Vale salientar que o Documento Orientador do Programa de Implementação de Sala de Recursos Multifuncionais considera a dimensão da acessibilidade física do espaço de funcionamento do Atendimento Educacional Especializado como condição essencial para o cumprimento da prerrogativa legal e pedagógica dos processos inclusivos (Brasil, 2013).

Em conformidade com Ainscow e Booth (2011, p. 40, grifos nosso), “a aprendizagem e a participação ficam impedidas quando as crianças encontram ‘barreiras’. Estas podem ocorrer na interação com qualquer aspecto da escola: **seus prédios e disposição física**; organização escolar, culturas e políticas”. Portanto, o espaço físico disponibilizado pela instituição deve ter condições e acessibilidade que possibilitem a oferta do AEE a todos os alunos independentemente de suas especificidades, principalmente, considerando que o atendimento objetiva eliminar barreiras que possam impedir o pleno acesso ao ensino e à aprendizagem.

Além disso, os materiais e os recursos pedagógicos são fatores de extrema importância para a realização dos atendimentos. Levando em consideração esse fato, foi questionado à professora se os recursos (didáticos, lúdicos e de acessibilidade), disponíveis na SRM, são suficientes para realizar os atendimentos. Ela assinalou que inicialmente não eram suficientes, por isso, foi feita a compra de novos materiais, como: jogos de encaixe, dominó da alfabetização, quebra-cabeça de adição e de subtração. Além disso, foram confeccionados outros recursos, como: “fichas de leitura, dominó da adição, jogo da memória e outros”.

Nesse sentido, foi percebido durante a observação que a sala possui muitos recursos, além dos que foram mencionados pela professora, podemos citar: computador/televisão, impressora em Braille, lousa e jogos diversos. Sobre a confecção de materiais, a sala dispõe de muitos recursos que são produzidos pela professora, cumprindo com uma das atribuições previstas nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (Brasil, 2009, p. 4), a saber: “identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial”.

Dessa forma, a variedade de recursos disponíveis na sala proporciona um ambiente mais atrativo, motivando a participação dos alunos no decorrer das atividades propostas, bem como facilitando a compreensão dos conteúdos a serem abordados, além de serem direcionados ao desenvolvimento de habilidades específicas; oportunizando novas experiências de acordo com as especificidades de aprendizagem dos estudantes.

Ainda sobre a Sala de Recursos Multifuncionais, foi questionado a professora se a sala possuía equipamentos de Tecnologia Assistiva (TA); em caso positivo, foi indagada a forma como eles contribuem para o desenvolvimento dos alunos. Segundo a educadora, a sala possui

recursos disponibilizados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI); esses recursos possibilitam aos alunos desenvolver de forma autônoma as suas habilidades e suas competências, ela cita alguns desses recursos, como “lupas, jogos de pino, leitores de tela e ampliadores de tela”.

Durante a visita, foi possível observar a utilização das lupas em atendimento de uma discente com baixa visão, porém, mesmo com o uso do recurso, a aluna costumava esfregar os olhos com frequência, além de permanecer sempre com o rosto em cima da mesa. Foi relatado pela professora que a estudante não usa óculos, ela acredita que a aluna se sente envergonhada.

Assim, sobre esse caso, reconhecemos que esse recurso deveria ser utilizado pela aluna também na sala comum, visto que uma das funções do professor do AEE é o “acompanhamento da funcionalidade e da usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e demais ambientes escolares” (Brasil, 2013, p. 9), considerando que o aluno não deve ser compreendido apenas no espaço do AEE, é necessário um trabalho conjunto entre os professores da sala regular e da sala de recursos, para que eles possam pensar nas diversas estratégias que possam colaborar com o desenvolvimento da aluna. Além disso, é importante que haja uma conversa sobre a necessidade da utilização desse recurso, considerando que ele tem a função de contribuir trazendo mais autonomia para o estudante.

Relembrando as palavras de Damázio (2018), devemos pensar no trabalho do professor da sala comum, do professor do AEE e do professor de apoio escolar como um tripé, ou seja, no desenvolvimento dos seus trabalhos de forma harmônica, considerando que eles precisam trabalhar em colaboração e de forma sistemática para desenvolver a autonomia, a convivência e a consciência das diferenças presentes na escola.

Assim, a autora enfatiza que a oferta do serviço do AEE, não transforma uma escola excludente em uma escola inclusiva, porém, transforma o “pensar” e o “ser” das instituições e seus sujeitos, pois é vivendo, falando e refletindo sobre as diferenças que se chega a determinadas mudanças. Retornando às análises do nosso objeto de estudo, enfatizamos que a Sala de Recursos Multifuncionais da escola possui diversos materiais que podem contribuir de forma significativa no desenvolvimento das atividades dos alunos. No entanto, foi possível constatar, através da observação, que esses materiais são restritos somente a SRM, e os alunos e os professores da sala comum não costumam utilizá-los durante as atividades realizadas no dia a dia.

3.2 Planejamento de atividades

Em relação à forma como a professora planeja as atividades a serem desenvolvidas no atendimento, foi questionado inicialmente se cada estudante dispõe de um plano de Atendimento Educacional Especializado e como se dava o processo de elaboração desse plano, ela afirmou que “foi elaborado um plano de ação para o ano de 2023”, mas não informou como era realizado esse processo, porém, de acordo com a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009:

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (Brasil, 2009, p. 2).

A professora informou que teve apenas a colaboração do psicopedagogo com a parte de digitação dos planos de ação, então é possível inferir que ela não teve nenhuma ajuda, considerando que a digitação não faz parte da construção e da elaboração do documento. A resposta da professora não oferece elementos para compreendermos o real motivo dessa falta de contribuição, mas subentende-se que a escola não está preparada ou, até mesmo, não tem a iniciativa de solicitar a presença dos demais professores, da família e de outros profissionais, para elaborar esse documento que é de extrema importância para o aluno e para os professores.

Paralelo a isso, Lustosa (2009) afirma que o trabalho colaborativo tem um papel importante no processo de inclusão, transformando a aprendizagem, tornando-a cada vez mais significativa. A autora ainda afirma que “assim, momentos de estudos, grupos de discussões, colaboração entre pares profissionais, planejamento e ações em conjunto e desenvolvimento de iniciativas partilhadas contribuem para desenvolver e ampliar conhecimentos e competências nos profissionais da escola” (Lustosa, 2009, p. 61). Podemos acrescentar ainda que, através desse trabalho em conjunto, podem ser desenvolvidas estratégias que atendam as especificidades dos alunos, colaborando com o desenvolvimento acadêmico e pessoal destes.

Outro ponto que foi indagado a professora, ainda em relação ao planejamento de atividades, foi sobre o período de atualização do plano de ação, ela afirmou que “o plano é atualizado anualmente, porém há um planejamento bimestral que é adaptado de acordo com o currículo escolar e as necessidades dos alunos”. Entretanto, durante a observação, a professora havia informado que a cada 15 dias fazia um planejamento de atividades a serem realizadas durante as semanas, no formato de plano de aula. Foi possível perceber que essas atividades não condizem com o ano/série dos alunos, devido à dificuldade de leitura e escrita, as atividades

eram voltadas para esse segmento, para isso eram usadas histórias infantis, vídeos e quebra-cabeça, para alunos de 7º, 8º e 9º ano.

Borges (2020, p. 45) aponta que “os objetivos para o Atendimento Educacional Especializado são atividades que envolvem conteúdo da classe comum, em parceria com a professora da classe comum, focado nas características dos estudantes e nas atividades de vida diária”. A partir dessa citação, podemos compreender que a falta de envolvimento dos professores da sala regular com o AEE pode fazer com que as atividades desenvolvidas não estejam em consonância com as habilidades requeridas para o ano/série que os alunos estão matriculados e, por isso, é necessário que esses profissionais passem a planejar juntos, com o intuito de proporcionar uma aprendizagem mais significativa. Para isso, é importante também que a equipe pedagógica trabalhe promovendo essa interação nas salas, por meio de pesquisas e de reuniões.

O distanciamento entre os professores da sala comum e do AEE ficou mais evidente quando questionamos a professora se ela orientava os demais professores sobre como intervir na sala de aula regular, colaborando para o aprendizado dos alunos que necessitam do AEE, além de explicitar de que forma era feita essa orientação. A docente afirmou fazer a orientação por meio da adequação das atividades ou das avaliações dos alunos com deficiência intelectual. Portanto, contribuir com a adequação dessas atividades é um fato interessante, porém, o apoio do professor do AEE com o professor da sala regular não pode limitar-se a isso.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Brasil, 2009, p. 4), uma das atribuições do professor do AEE é “estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares”, ou seja, é preciso que esses profissionais estabeleçam sempre conexões para que os alunos possam ser assistidos da melhor forma possível.

3.3 Organização do atendimento

Para iniciar este ponto, procuramos saber quantos alunos são acompanhados pela professora na Sala de Recursos Multifuncionais, ela informou atender onze (11) alunos, sendo seis (6) dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os quais frequentam o AEE no contraturno, e 5 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, que frequentam a SRM no mesmo turno que frequentam a sala comum. Apesar da legislação (Brasil, 2008, 2009) regulamentar que o atendimento deve ocorrer no turno inverso da escolarização, esses alunos que são atendidos no

mesmo turno são residentes na zona rural, segundo a professora isso dificulta a ida deles à escola na parte da manhã.

Todavia, não é adequado que esses estudantes saiam da sala comum no horário da aula, pois, quando isso acontece há a negação do direito e da oportunidade de aprenderem juntos e terem acesso ao mesmo currículo que os seus colegas de turma. Nesse caso, uma alternativa considerável seria a disponibilização de transportes por parte da prefeitura, garantindo, assim, a permanência e a segurança nos atendimentos.

Ainda foi questionado sobre o encaminhamento do aluno para o Atendimento Educacional Especializado, a professora informou que inicialmente é realizado um mapeamento de todos os alunos que necessitam do AEE, esse mapeamento é feito pelas próprias professoras do AEE; por um lado, aqueles alunos que possuem laudos ao entrarem na escola já vão sendo encaminhados automaticamente; por outro lado, para os estudantes que não tem laudo, mas apresentam a necessidade do atendimento, é solicitado que os professores da sala regular façam uma observação e, posteriormente, possam relatar o que foi observado às professoras do AEE. Através dessas informações, a professora afirmou que:

[...] é feita uma lista com o nome do aluno, nomes dos pais, endereço, telefone e a 'necessidade' do aluno. Esses dados são encaminhados para a Secretaria de Saúde e, assim, a escola e o Núcleo de Apoio à Saúde das Famílias (NASF), podem encaminhar essas crianças para um especialista (resposta da professora).

Ela conclui dizendo que, através da colaboração de todos (saúde e educação), os estudantes irão desenvolver melhor a sua aprendizagem. Damázio (2018), quando trata do encaminhamento do aluno ao AEE, afirma que após este ser matriculado na escola, o gestor deve comunicar ao professor do AEE, garantindo um melhor acolhimento para que o aluno possa se situar no espaço escolar, além disso, é nesse momento que o professor do AEE pode identificar as necessidades básicas (alimentação, higiene, locomoção e comunicação), considerando que essas são informações necessárias para a construção do plano do AEE. Diante desse posicionamento, entendemos a importância que esse primeiro contato do aluno na escola possui, visto que esse procedimento deve ser realizado da melhor forma possível para garantir a sua permanência no ambiente escolar.

Por último, foi questionado a professora sobre quais desafios foram encontrados para a realização dos atendimentos e quais estratégias são utilizadas para tentar vencê-los, a professora pontuou como desafio: repensar a prática pedagógica para melhor atender a diversidade na sala do AEE e, assim, criar possibilidades de aprendizagem. Sobre as estratégias, ela listou algumas

atividades a serem desenvolvidas, como: trabalhar mais com jogos interativos; fichas de leitura, textos pequenos; formação de palavras e frases; trabalhar a memorização de letras com imagem; jogos da memória; dobraduras etc.

Reconhecer a necessidade contínua de aprimorar as práticas pedagógicas revela uma conscientização fundamental sobre a importância de buscar diariamente um ambiente educacional cada vez mais inclusivo. Essa consciência demonstra uma abordagem prática por parte da professora, a qual visa diversificar os recursos para favorecer a aprendizagem dos alunos, levando em consideração suas especificidades, refletindo um compromisso em criar um espaço educacional mais acolhedor.

Finalmente, ao analisar as práticas adotadas pela professora, fica evidente o seu comprometimento com a construção de uma instituição mais inclusiva. É perceptível que ela atende a alguns dos requisitos delineados nos documentos orientadores do Atendimento Educacional Especializado. No entanto, ressaltamos a necessidade crucial de uma colaboração mais efetiva por parte da equipe escolar, especialmente, no que diz respeito à articulação com os demais professores da sala regular. É sempre importante que todos estejam alinhados em um objetivo comum para garantir a oportunidade de todos os alunos estarem aprendendo juntos.

CONCLUSÃO

Na busca pela inclusão das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades/superdotação, o Atendimento Educacional Especializado surge como uma forma de eliminar as barreiras que dificultam ou impedem a participação desses estudantes no ambiente escolar; para isso, é importante prezar pelo pleno funcionamento desse serviço, assegurando o cumprimento das demandas estabelecidas pelos documentos norteadores.

Diante desse contexto, o presente estudo buscou analisar as políticas e as práticas do Atendimento Educacional Especializado no contexto de uma escola do município de Itaú-RN. Através da perquisição, foi possível perceber pontos importantes relacionados ao funcionamento do AEE, bem como aspectos relacionados à estrutura, aos materiais didáticos e outros.

Em relação aos recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros), observou-se, durante todo o estudo, que a Sala de Recursos Multifuncionais dispõe de diversos materiais pedagógicos que contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento dos atendimentos, além de dispor de equipamentos que são necessários para atender a especificidade dos alunos, como televisão, lupas, computador e impressora em Braille. Além desses recursos físicos, foi notória, por meio da observação, a disponibilidade da professora do

AEE em atender os alunos e lhes proporcionar oportunidades de aprendizagem dentro do contexto inclusivo, buscando sempre compreender cada um deles, através da interação, ouvindo-os e acolhendo-os.

Ao analisarmos as práticas e as estratégias pedagógicas empreendidas para reduzir barreiras e aumentar a participação dos estudantes público do AEE, percebemos que a profissional sempre buscava utilizar recursos e suportes pedagógicos que pudessem contribuir com o desenvolvimento acadêmico dos estudantes; uma das estratégias utilizadas era a utilização de vídeos e de jogos para adentrar em conteúdos a serem estudados por um aluno específico.

No que se refere aos suportes de acessibilidades, foi observado um uso limitado, com destaque apenas para a atualização da lupa por um aluno com baixa visão. A escola, por sua vez, apesar de disponibilizar o espaço físico para a implementação da Sala de Recursos Multifuncionais, precisa ter um compromisso maior com o serviço, visto que apenas a matrícula na sala regular e na SRM não garante que aquele aluno esteja sendo incluído no ambiente escolar, é preciso estar disposto a acompanhar e a colaborar com as professoras do Atendimento Educacional Especializado, principalmente, na relação delas com as professoras da sala regular, além de identificar a acessibilidade arquitetônica de toda a instituição.

Concluimos, então, postulando que há muitos desafios que permeiam o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado; pontuamos, prioritariamente, a falta de conhecimento por parte de toda a comunidade escolar sobre a importância desse serviço. Em síntese, o professor do AEE não pode sozinho garantir uma educação inclusiva de qualidade, é preciso que toda a instituição possa estar junta na busca pela inclusão dos alunos público do AEE.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Tornar a Educação Inclusiva: como esta tarefa deve ser efetuada?. In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009, p. 11 a 21.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. Tradução: Mônica Pereira dos Santos. 3. ed. LaPEADE, Rio de Janeiro, 2011.

BORGES, Carline Santos. **Atendimento educacional especializado na escola comum como ação pedagógica favorecedora da educação inclusiva**. Curitiba: Appris, 2020.

BRASIL. **Documento orientador programa de implantação de salas de recursos multifuncionais**. Brasília, DF: 2013.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de Outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Metodologia do serviço do atendimento educacional especializado em uma perspectiva inclusiva na escola regular. **Revista on-line de política e gestão educacional**, v. 22, n. 2, Araraquara, 2018.

LUSTOSA, Francisca Geny. **Inclusão, o olhar que ensina:** o movimento da mudança e a transformação das práticas pedagógicas no contexto de uma pesquisa-ação colaborativa. 2009, Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer uma pesquisa qualitativa.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

RIBEIRO, Disneylândia Maria. **Docência no paradigma inclusivo: a constituição de saberes e práticas no contexto da formação inicial de professores.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2021.

